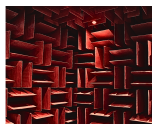


pistas para a manutenção de aberturas

mar 14—2026



Matheus Giacomini Palma

Psicólogo e psicanalista, Mestre em Filosofia (UFPEL) e Especialista em Clínica Psicanalítica (ULBRA) e em Psicanálise e Relações de Gênero (IPPERG). Possui um percurso envolvendo grupos, instituições e esquizoanálise no Instituto de Psicologia Social Pichon-Rivière. Atua clinicamente desde 2015 no Espaço Guernica e é um componente do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria.

► Como citar esse texto?

O trabalho propõe pensar o conceito de contemporâneo a partir das implicações da psicanálise com o seu tempo. É percorrido um caminho de marcação dos rochedos dos pactos narcísicos e como a manutenção e a perpetuação destes impõe os perigos de uma psicanálise única.

introdução

Essa escrita propõe um passeio através de indagações referentes a alguns aspectos da teoria e da clínica psicanalítica. Entre essas indagações há dois motivos que inspiram essa escrita. O primeiro motivo tem relação com as questões produzidas no trabalho clínico cotidiano, que lhe demandam a permanente mirada de ter como horizonte as subjetividades de nosso tempo. O segundo motivo surge do encontro nesses dois últimos anos com os significantes “clínica”, “ética” e “política”. O interesse não transita para a definição deles como conceitos, mas sim de pensar como significantes que estão atravessando a discussão apresentada aqui.

Nesse caminho o trabalho propõe acompanhar o pensamento de Agamben (2009) sobre o tempo do contemporâneo. O autor fala de um modo de relação necessário para tentar elaborar aquilo que é produzido no contemporâneo. Esse modo implica um anacronismo e uma dissociação desse próprio tempo. No decorrer do texto há um detalhamento dessa maneira de relacionar-se, ambas parecem envolver uma espécie de distância. Tal autor também nos conta que apesar da distância que ele propõe como necessária, ela não poderia ser demasiada a ponto de confundir-se com a posição do nostálgico. A fixação da nostalgia impede certos tipos de relação. Com passos em conjunto com o autor é feita uma aproximação dessa relação necessária com a implicação e o horizonte das subjetividades do nosso tempo. Aqui há uma crítica a uma psicanálise que sabe demais.

Ainda em Agamben (2009) é explorado mais um aspecto das possibilidades do contemporâneo, o barrado litoral entre passado e presente. Longe de uma perspectiva linear do nosso tempo, o autor nos convida a pensar que o passado pode de fato nunca passar. A partir dessa perspectiva é feita uma aproximação da descrição que Freud (2020) faz da comparação com as ruínas e o aparelho psíquico.

Outros dois significantes que compõe esse trabalho são o de abertura e o de fechamento. Eles são usados para pensar uma postura frente ao seu tempo. A abertura é demarcada como um campo de suspensão parcial do saber na sua relação de contemporaneidade com o seu tempo, enquanto o fechamento tem uma relação de compromisso com o lugar, digamos, do nostálgico.

Na sequência do trabalho é pensado uma modalidade de aliança que produz rochedos na relação com a teoria e a clínica psicanalítica. Essa modalidade de aliança pode ser entendida por vezes como uma aliança inconsciente. Na delimitação dessa escrita é explorado o conceito de pacto narcísico através do trabalho de Cida Bento (2022). A autora propõe que o pacto narcísico é uma espécie de acordo tácito que opera de maneira semelhante nas intersecções de raça e gênero.

Tal pacto possui componentes de autopreservação, como apontado pela autora que, por consequência, produzem a perpetuação e a manutenção de certas hierarquias de relações de poder. O trabalho insiste que esse rochedo afasta em muito o a clínica e a teoria psicanalítica de nossa época. Seguindo esse caminho, também é proposto uma aproximação dessas indagações com o texto sobre *os perigos da história única* de Adichie (2019). Essa aproximação faz pensar os perigos que envolve uma *psicanálise única*.

Na sequência, há a demarcação de posturas que tendem a ocupar o lugar do universal. Num primeiro momento se é contada uma vinheta das problemáticas acerca da centralidade do pai. Essa discussão caminha para a interrogação se a

noção de pai seria uma ferramenta teórica e clínica salutar ou um rochedo epistemológico. Em um segundo momento, apresentamos a reposta de alguns psicanalistas à fala de Preciado em uma instituição psicanalítica. Para além de posturas simplistas de certo ou errado, o trabalho procura destacar o que possivelmente se preserva em respostas tão defensivas.

um caminho parcial

Nesse primeiro momento é apresentada algumas inspirações que sustentam a produção dessa escrita. A primeira diz respeito ao fazer clínico do cotidiano com psicanálise. É de se imaginar que os colegas compartilhadores desse trabalho sintam também a complexidade que ele envolve, uma constante de questões que não cessam de nos suscitar mais questões. Evidentemente, outros fazeres possuem também suas infinitas complexidades e o que acaba interessando aqui é uma especificidade bastante peculiar da prática analítica.

Fazendo uma primeira aproximação com nossa especificidade, há uma frase de Lacan (2023) bastante interessante para ilustrar esse ponto. Pensando a pessoa do analista e seu tempo, o autor escreve em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” que deveriam renunciar a prática da psicanálise aquelas pessoas que não conseguem ter como horizonte a subjetividade de sua época. A subjetividade, diferentemente de sistemas objetivos (como uma linha reta), envolve diversos segmentos históricos, sociais, singulares, políticos, biológicos, estéticos, entre outros (esse amontoado já não poderia ser considerado uma linha reta, talvez um novelo de lã). Essa multiplicidade de segmentos heterogêneos produz sujeitos jus a sua época, isso quer dizer que em diferentes momentos históricos, nós teremos diferentes modos de produção de subjetividade. Assumir que as subjetividades são produtos de uma época também nos leva a pensar que as modalidades de reconhecimento e de laço social – os seus mal-estares e maneiras de sofrer – também dizem de uma época.

Outro ponto importante de ser destacada na frase de Lacan (2023) é que a posição que o analista possui frente à subjetividade de sua época é a de “horizonte”. Essa posição parece dizer de um lugar que não se chega efetivamente, mas sim um espaço que envolve a sustentação de diversas encruzilhadas que se apresentam. Sustentar esse “entre” nas relações entre a pessoa do analista, a alteridade, a teoria e outras interseccionalidades é uma das apostas da prática clínica. Se a distância entre o horizonte e nós analistas fosse mais curta, talvez haveria uma confusão entre o entendimento e aquilo que produz as subjetividades da nossa época. Seria uma posição de abertura importante suspeitar de psicanálises que sabem demais?

Afirmar isso não é descredibilizar o saber, ele é entendido como importantíssimo no avanço na produção de saúde mental e da clínica. Os limites do saber é uma

discussão que foge dos objetivos desse trabalho, o importante aqui é a problemática que a suposição do saber em demasia, como dito anteriormente, pode acabar confundindo o lugar da enunciação e o do enunciado. Por isso, o que Lacan parece sugerir é que as subjetividades e suas modalidades de sofrimento e mal-estar são extremamente plásticas e dependentes do tempo em que estão inseridas.

Uma segunda inspiração tem acompanhado o autor nos últimos dois anos e é produtora de interrogações. Através do programa de Pós Graduação, da transmissão e do encontro com colegas foram bordadas as interrogações sobre o que seriam e que intersecções formariam os significantes “clínica”, “ética” e “política”. São significantes que podem levar para a temática do mal-estar, da terapêutica, do desejo, dos direitos humanos, das tensões, das alienações, enfim, de várias outras temáticas que também fogem os limites desse trabalho. Por isso, não é do interesse do autor fazer um trabalho sobre a definição desses significantes, ou ainda, uma espécie de tratado de como ser “clínico, ético e político”.

De encontro com a frase de Lacan (2023) citada anteriormente, se a subjetividade é produzida pela sua época, o efeito e o entendimento que se é produzido através dos significantes “clínica”, “ética” e “política” também é atravessado por essa mesma época. É sabido que as diferentes psicanálises marcadas na “grande história da psicanálise” possuem posicionamentos bastante diferenciados frente a esses três significantes. Um exemplo bastante simples é de pensar que alguns analistas supõem que o registro da política não se mistura com o da clínica. Por isso, quem lê esse texto recebe o convite de compreender esses significantes como um trabalho constante. No fundo parece que é um lugar sempre inacabado.

Para finalizar essa parte é importante uma última precisão sobre esse trabalho. Freud (2010) no texto “A questão da análise leiga” desenvolve uma discussão sobre quem poderia ocupar o lugar de analista. No decorrer dos seus argumentos, o autor vai demonstrando certas especificidades da pessoa com sua análise pessoal, da relação da pesquisa e da teoria psicanalítica. Por mais que possam ser entendidas como lugares diferentes, isto é, análise pessoal, teoria psicanalítica e clínica, Freud (2010) argumenta a favor das difusas divisas que há entre esses elementos. É questionar de como poderia um analista percorrer certos territórios das pessoas que escuta, tendo uma resistência absurda em percorrer os seus próprios territórios subjetivos. Também é possível pensar com o autor (Freud, 2010) que fazer clínica, também é, por um lado, fazer a teoria psicanalítica.

É trazido à cena essa discussão freudiana para fazer uso desses limites difusos. O interesse nesse uso se dá por esse trabalho falar de elementos que envolvem a clínica, analista e teoria. Por isso, os limites difusos desses lugares serão compartilhados, pois a temática do trabalho aqui apresentado, de certa forma,

atravessa esses elementos. Logo, podemos entender, através desse passeio, que há uma mobilidade quando se está falando de trabalho analítico, teoria e clínica.

mergulhos – a difícil tarefa de estar à altura

O filósofo Agamben (2013) no teu texto “O que é contemporâneo?” transmite uma maneira muito interessante de conceber o que envolve esse título. Além de uma tentativa de uma precisão sobre o tempo do contemporâneo, também é discutido uma certa forma de posicionamento: como ser contemporâneo de algo ou alguém. Essas discussões dão pistas sobre maneiras de produzir um pensamento crítico frente o que se apresenta para nós. Tanto as discussões sobre o tempo do contemporâneo e esse posicionamento interessam bastante a clínica, pois há uma aproximação bem possível de ser feita entre essas precisões do filósofo e o que foi tratado na parte anterior.

O supracitado autor tinha como prática o desenvolvimento de alguns seminários, tanto que o livro comentado aqui é fruto desses. Agamben fala que na empreitada que irão fazer sobre ler certos autores – lendo clássicos, modernos e dos mais atuais – haveria a difícil tarefa de ser contemporâneo desses textos. O que seria necessário para termos uma postura contemporânea frente a um texto que nos é apresentado? O autor comenta que uma primeira característica para posicionar-se de um modo contemporâneo em relação a algo ou alguém seria a necessidade de uma postura intempestiva. Intempestivo pode ser entendido como aquilo que chega numa hora inoportuna. Na etimologia da palavra há um entendimento de “feito fora do tempo”. É curioso que o autor sugira que para ser contemporâneo de algo, há aparentemente a necessidade de uma postura que seja fora desse tempo.

Sobre essa postura, o autor no diz o seguinte:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatural; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (Agamben, 2023, pp. 58-59).

Parece que o autor sugere que para a produção de uma contemporaneidade há a necessidade de uma certa distância desse tempo. Ele fala de um deslocamento e um anacronismo, porém é interessante que Agamben (2013) também nos alerta de não confundir essa posição com o do eterno nostálgico. Essa figura representa o

sujeito que assiste o seu tempo fixado nas lentes de outros tempos, o qual se limita a olhar somente através da reivindicação do “no meu tempo...”. Haveria um afastamento necessário para dar as condições do acontecimento de uma elaboração?

Agamben (2013) continua seu pensamento, questionando qual seria a finalidade desse afastamento. Ele afirma que essa distância não se limita para mirar às luzes, mas principalmente aos locais ausentes dela. Ausência de luz como uma metáfora para a ausência de entendimento, talvez aquilo que nosso tempo possui de dificuldades de produzir um olhar, ou de não querer se ocupar. É interessante para essa escrita pensar quais lugares em que certas histórias permanecem ausentes de luz e tendo como efeito disso a manutenção e perpetuação de certas hierarquias sócio-históricas.

Seguindo o argumento de Agamben (2013), ele nos conta que o excesso de proximidade com o tempo do contemporâneo ou o excesso de luzes impedem a produção do seu entendimento. Parece que ele nos diz que a produção de um entendimento sobre o nosso tempo é de certa forma somente parcial. Tal autor ainda nos alerta que somente através dessas duas posturas – a distância e o mirar naquilo que escapa – é que há a produção desse lugar de contemporaneidade. Esse lugar parece implicar uma coreografia, envolvendo afastamento, mas também aproximação. Entre aberturas e fechamentos. O autor descreve que esse afastamento é necessário para produzir uma espécie de resposta aos desafios do nosso tempo. Por fim, o autor supracitado acima nos conta uma característica muito interessante que podemos ter sobre o tempo do contemporâneo e que podemos relacionar com as psicanálises. Esse tempo não pode se confundir com simples presente, contemporâneo não é um sinônimo deste. O autor insiste que sua maneira de entender a história envolve assumir que o passado é algo que produziu e possivelmente ainda produz efeitos por ele estar imerso no devir da história. Parece que o autor nos diz da possibilidade de algo que era do passado, paradoxalmente, se tornar atual. Seria esse passado que não passou, uma parcela daquilo que se entende como obscuro em nosso tempo?

Essa última característica do contemporâneo, essa temporalidade estranha, pode ser ilustrada pelo que Freud (2020) fala em “O mal-estar na cultura” sobre o psíquico e as ruínas de uma grande civilização. Nessa comparação, Freud convida a imaginar uma grande civilização que tenha sobrevivido ao longo da história. Seja pela ação do tempo, das revoltas, das invasões, entre outros, é de se esperar que a arquitetura tenha mudado diversas vezes apesar de ser ainda “a mesma” civilização. Seria bem provável imaginar que velhas ruínas, por estarem soterradas embaixo da cidade, poderiam elas, de certa forma, ser uma espécie de base ou sustentador daquilo que se apresenta.

O psíquico freudiano (Freud, 2020) teria um funcionamento aproximado com a imaginação que o autor propõe. O psíquico não seria somente um armazenamento

das experiências individuais do sujeito, mas sim um complexo da história singular e coletiva. Ruínas de outros tempos poderiam se atualizar a qualquer momento na relação com a alteridade. Em Agamben (2013) encontramos a tarefa de mirar no obscuro de nosso tempo por ele concernir a nós mesmos. Fazendo uso das metáforas há o questionamento sobre a manutenção e perpetuação de ruínas. Será que ruíram? Se Agamben fala que ele, o obscuro, nos concerne, talvez poderíamos afirmar que o obscuro (e as ruínas) são muitas vezes o que nos produzem.

entre aberturas e fechamentos

Na antemão do contemporâneo de Agamben (2013), o nostálgico coloca uma espécie de filtro no seu tempo, o vive sem viver. Esse filtro é a lupa que fora usada em outras épocas, mas se mostra insuficiente para acompanhar o tempo do contemporâneo. É como se o nostálgico se fechasse para a vivência do nosso tempo. Esses dois significantes, o de abertura e de fechamento também interessam a essa discussão na medida em que algumas posturas que são descritas aqui podem estar mais alinhadas ao que é entendido por abertura e/ou fechamento.

No livro *Micropolítica: Cartografias do Desejo*, escrito por Guattari e Rolnik (2011), há um conceito entendido como território subjetivo. É um conceito bastante interessante para pensar a subjetividade e os modos de subjetivação. Dentro desse conceito, são pensados três movimentos que tendem a se repetir na experiência humana da subjetividade.

A criação de um território se daria através de um processo de territorialização, isto é, a criação de um lugar, seja material, subjetivo, simbólico ou social. Através desse território que se criam as redes de sentido, de organização e de identidade. Na sequência, há o processo de desterritorialização, esse que tende a envolver uma criação de uma abertura ou uma linha de fuga. Essa abertura tem a potência de abalar sistemas de poder e de quebra de fronteiras. Após essa abertura, haveria uma reterritorialização, que seria a ressignificação dessa abertura e o estabelecimento de um novo território. Esses conceitos são interessantes para pensar as subjetividades que se formam.

Com inspiração nesses conceitos, os significantes “abertura” e “fechamento” têm relação com isso que precisa se abrir para receber o novo e o fechamento para assimilar esse novo. O interesse nisso também reside em não ficar em posições prescritivas de que ser um bom analista é ser aberto. Não. O interessante é a ideia do movimento entre esses dois significantes. A necessidade da modificação de territórios não só nas pessoas que escutamos, mas no próprio corpo do analista. Agamben (2013) parece sugerir que há relações de proximidade e afastamento, o que parece ter similitude com o abrir e fechar na relação com algo ou alguém.

O que acaba sendo interessante é pensar que para produzir uma postura analítica à altura das subjetividades da contemporaneidade, há a necessidade de uma abertura frente ao nosso tempo. A clínica acaba, então, envolvendo tanto uma abertura para o “fora” quanto uma relação muito íntima com o corpo. Trabalhar com psicanálise é por consequência uma espécie de mergulho em si mesmo (Mattuella, 2020).

No seu livro sobre *o corpo do analista*, Luciano Mattuella (2020) tece alguns comentários sobre estâncias do corpo que aparecem nesse trabalho analítico. Mattuella (2020) ainda descreve diferentes efeitos que a prática analítica produz em nossos corpos. A clínica em psicanálise não se resume a uma simples aplicação de técnica, mas acaba também envolvendo o encontro de certos litorais. É comum após uma sessão, por exemplo, o corpo que estranhamente se sente cansado mesmo sendo o começo do seu dia, ou que acaba sentindo-se mais sensível ao cotidiano, enfim, parece que o corpo acaba carregando algo da relação que foi sustentada com analisante.

Mattuella (2020) acrescenta que o corpo de analista também acaba sendo o palco daquilo que envolve a história das pessoas que escutamos. Na transferência, o corpo da pessoa da analista acaba sendo envolvido por outros litorais, outras ficções e outras interseccionalidades. É na transferência que há a colocação de uma cena encarnada em nossos corpos. Poderíamos nos perguntar o que o corpo da pessoa do analista produz e representa na analisante e vice-versa? Através disso, tal autor nos fala de uma terceira estância: as marcas que são deixadas no corpo desse que escuta. Ao escutar e viver a relação transferencial, o corpo acaba sendo marcado por essas histórias. Analisar é permitir ser marcado pelas histórias de alguns outros. Essas características são interessantes para nós aqui, pois parece que o trabalho analítico em abertura não envolveria algo que balançasse somente a teoria por exemplo, mas também o próprio corpo ou os territórios subjetivos de analistas. Convoca uma abertura de si.

Em Safatle (2020), nós encontramos uma discussão que compara o funcionamento do “Eu”, essa instância psíquica, como um frame, uma imagem congelada no tempo. Seria uma forma de *printscreem* de algo ou alguém de um tempo. A problemática não está nos frames ou nas capturas de tela, mas sim quando o “Eu” – com o intuito de sustentar a fixidez dessa imagem – afasta tudo que possa ameaçar a solidez desse frame.

Esse modo de funcionamento facilmente pode escalar para maneiras de se relacionar através da violência, por exemplo, quando a existência do outro produz uma reação defensiva, como se ameaçasse algo desse *frame*. Violência, nas suas formas macro e micro, para tudo aquilo que é diferente de si pode ser uma outra maneira de dizer a frase anterior. Pensando as pistas de abertura, será que poderia um *frame* realizar um trabalho analítico frente ao seu tempo? Um questionamento que se bordou junto com essa escrita e que, por quanto, permanecerá aberto, é

sobre esse funcionamento do “Eu” na modalidade de *frame* (Safatle, 2020). Seria ele realmente um funcionamento universal do Eu? Para manter o conceito de Eu é necessária supor essa relação com a alteridade? Há diversas discussões interessantes que fazem uma crítica a certos funcionamentos que implicam uma universalidade.

Seguindo a discussão de Damico, David e Souza (2020) certos entendimentos de “natureza humana”, como por exemplo, o ser movido por interesse ou o que concebe que o humano é egoísta por natureza, não se trataria tanto de um funcionamento universal do humano, mas sim do funcionamento de um pacto colonial. Esse sujeito, por exemplo, que é concebido através da centralidade do egoísmo não poderia ser entendido com um *frame*? Pois, o que mais poderia compor esse humano? Talvez a centralidade diga mais de quem centraliza do que necessariamente da alteridade.

Tais autores citados acima também propõem tensionar que outros territórios podem ser produzidos fora de uma discursividade hegemônica e que podem escapar do reforço de hierarquias sociais. A professora Letícia Nascimento (2021) nos aponta que certos discursos são tão investidos ao longo da história a ponto de determinadas ficcionalidades serem inscritas de maneiras tão indelével, visto o tanto que são narradas como naturais. Como se o “natural” fosse algo que escapasse aos sistemas de linguagem e como se, na história, a “natureza” tenha sempre sido narrada de uma maneira única. Há um grande *frame* investido historicamente de “homem” e “mulher” serem considerados como naturais. A autora questiona se esses lugares são tão naturais assim, pois se, de fato, assim o fossem, não haveria então a necessidade das diversas pedagogias de gênero. “Sente com as pernas fechadas”, “não corra”, “meninos não choram” ... Todas essas produzem um território subjetivo.

Para os limites desse trabalho, deixemos as questões de outros territórios possíveis para adentrar na próxima temática. Dada a abertura necessária para o contemporâneo, o trabalho avança para um rochedo que não permite que essas aberturas aconteçam. O termo “rochedo” é bastante proposital aqui nesse trabalho. No texto “Análise terminável e interminável” de Freud (2016), o autor comenta sobre um certo problema, principalmente na análise com homens, sobre a dificuldade de abandonar suas fantasias fálicas e uma resistência em se colocar num lugar de “passividade”. Será que não havia nem uma força de manutenção e perpetuação nessas constatações da teoria, da clínica e do próprio Freud?

atualizações e manutenções

É defendido que para estarmos à altura das subjetividades de nossa época, funcionamentos demasiados fechados encontrariam dificuldades maiores para

certos recortes dessa tarefa. O somente *frame* e o nostálgico parecem ser insuficientes para as problemáticas do nosso tempo. Nessa parte do trabalho, são apontadas algumas pistas dos rochedos que se criam em algumas alteridades. Não acho que pode ser afirmado que os rochedos se posicionam somente de maneira fechada, no sentido desse trabalho. Há a necessidade de uma abertura, uma mínima digamos assim, para poder haver uma atualização, essa que permite o efeito da manutenção e perpetuação. São as mudanças necessárias para a produção desses efeitos, porém, no final, não há efetivamente uma mudança, pois os lugares são ocupados pelos mesmos agentes históricos.

Essa história que se repete é inspirada na transmissão de Cida Bento (2022) em seu livro “O Pacto da Branquitude”. Nesse livro, a autora nomeia os processos que fazem com que as pessoas brancas continuem em lugares de poder. Cida exemplifica que as montagens sustentadas em diferentes períodos históricos sempre garantiam maiores privilégios para as pessoas brancas. Mesmo que ocupassem cargos iguais e salários semelhantes, a população branca tinha a liberdade de transitar pela cidade, em detrimento da liberdade de outros.

Cida Bento (2022) explicita que os pactos narcísicos são uma espécie de aliança entre pessoas de um mesmo grupo que tem como objetivo a manutenção e perpetuação das suas relações de poder. É uma transmissão que perpassa gerações e que o decorrer histórico nos mostra que pouco se modifica as relações hierárquicas entre esses grupos sociais. No livro, a branquitude é o foco, porém a autora nos deixa uma pista em que o funcionamento desse tipo de pacto tem seu modo de operação semelhante nas intersecções de raça e gênero.

A autora também nos conta que em sua trajetória de mestrado e doutorado, a qual ela estudava o tema da branquitude, era ausente de um discurso explícito sobre esse tema, bem como se pactuava entre os acadêmicos um silêncio sobre a herança escravocrata, concreta ou simbólica. Essa é uma das características do pacto narcísico: um funcionamento que opera através de acordos não verbais. Através desses acordos há uma cumplicidade que garante os privilégios dos membros do grupo. É evidente de como as relações de dominação, normatização e patologização vão contra a proposta desse trabalho naquilo que tange a abertura para as subjetividades de nossa época. Há vários recortes em nossa sociedade que podemos encontrar esses discursos muito bem verbalizados e materializados. Uma especificidade que interessa é o funcionamento constatado nos acordos não verbalizados.

Entende-se que por serem acordos não verbalizados, os pactos narcísicos podem operar de maneira inconsciente. Bento (2022) explicita que, nas mais diferentes instituições – e aqui podemos incluir a história e certos recortes da psicanálise – há negações e/ou silenciamentos que mantêm uma repetição de pessoas nos mesmos lugares. Sobre o pacto da branquitude, a autora comenta que o pacto possui um componente narcísico de autopreservação e tudo aquilo que ameaça o lugar de

“normal” ou “universal”. Curiosamente esse funcionamento tem características de similitude em relação a maneira como o Eu-frame foi descrito anteriormente.

O interesse da perspectiva da aliança inconsciente é o fenômeno que opera nessas relações. Bento (2022) descreve a operação de negar e afirmar algo ao mesmo tempo, por exemplo, através da ficcionalidade do discurso meritocrático. Discurso esse que considera o mérito, desconsiderando a história. A autora descreve situações em que empresas afirmam seu compromisso com a diversidade, apesar de sua equipe, principalmente nos cargos de maior poder, serem todas pessoas brancas, mais especificamente homens brancos. Em lugares assim, quando é questionada a ausência de outras pessoas de outros recortes sociais é muito comum a alegação que as pessoas ali presentes estariam em função de mérito próprio. Diferentes tempos implicam em diferentes ficcionalidades que tentam justificar a discrepância social. Não faltam momentos históricos que se não era o mérito, era por ser inimigo, por ser monstruoso, estar na categoria de abjeto... entre outras ficções de manutenção de privilégios.

Ficções não devem ser compreendidas meramente como uma história, mas sim como um sistema complexo que dá sentido (sentir, significação e direção) às relações. Por ser um sistema complexo, a autora nos relata o seguinte sobre o pacto:

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos. (Bento, 2022, pp. 24-25).

Esse modo discursivo de afirmar uma realidade, ao passo que também a nega, como é descrito, por exemplo, na fábula de levar em conta o mérito da história sem levar a história em conta (Bhabha, 1998), pode ser aproximado do mecanismo do desmentido. Esse é um mecanismo característico por essa dupla função: afirmar ao mesmo tempo que nega. Pelo lado da negação, se goza de todos os privilégios históricos e cotidianos, à medida que, pelo lado da afirmação, se torna ausente da consciência coletiva com o peso da história de expropriação, violência e brutalidade, isto é, o intolerável de ser recordado (Bento, 2022). Discursos como “somos todos iguais”, por exemplo, acabam ao mesmo tempo afirmando uma realidade e negando ela ao mesmo tempo.

Grada Kilomba (2019) conta o quão essa história silenciada da branquitude se presentifica nos corpos dos sujeitos que fogem a norma branca. Kilomba descreve que um episódio de racismo que se desenrola no presente, psiquicamente acaba convocando à tona experiências de racismo passadas, mesclando passado e presente. É um excesso que demanda diversos recursos psíquicos, esses que cotidianamente são ativamente privados de se criarem.

Há uma discussão presente em Ayouch (2019) que fala que o discurso colonial, ao produzir esses lugares de colonizador e colonizado, a norma e o desvio, produz um processo em que ocorre uma hibridação. Algo do colonizado acaba incorporando no nível enunciativo do colonizador e vice-versa. A função dos pactos é de se manterem atualizados, para que mesmo em meio a mudanças de hibridização, ainda assim, possuam mecanismos mantenedores da relação de opressão. É interessante que nessa hibridação, também pode acontecer das identidades, tanto colonizadas e colonizadoras, acabarem desestabilizando os ideais miméticos da norma. Retomando a caminho dos pactos, Bento (2022) afirma: é uma imagem que insiste em se inscrever como a única, a um, a universal.

São também interessantes para esse trabalho as indagações de Foucault (2014) referentes a hipótese repressiva. No seu livro, o autor faz uma crítica se efetivamente aconteceu uma repressão propriamente dita da sexualidade na era vitoriana. Seu argumento envolve que não houve necessariamente uma repressão, mas uma reordenação dos lugares em que a sexualidade circulava. O autor acrescenta que quando mais “repressão” havia, mais se falava daquilo que procurava reprimir no campo da medicina e no campo do saber. Havia lugares que certas identidades e sexualidades tinham acesso, outras não. Estudava-se, categorizava-se, criava-se normas, desvios e outros dispositivos que acabaram dando (ou obrigando) um lugar para as sexualidades... Reprimidas talvez no sentido de colocada em outros lugares.

Ainda nesta mesma obra, Foucault segue fazendo uma crítica às práticas psicológicas: se estas não estariam somente sendo novas formas de saber e poder e, por consequência, de controle das subjetividades que fogem do discurso hegemônico. Tal autor denuncia como esse saber poder acabar criando categorias definidoras daquilo que seria normal ou patológico. Não se trata de negar, obviamente, que existem aspectos, relações e sintomas patológicos, mas sim sobre os perigos do que acaba sendo entendido como patológico. A necessidade de denunciar, explicitar e nomear os pactos narcísicos (Bento, 2022) é uma estratégia, uma aposta para diminuir os efeitos dessas formas de opressão, pois se é sabido o quão sujeitos que fugiram dos entendimentos presentes nos sistemas hegemônicos, já foram forjados, através da ciência por exemplo, como doentes, passíveis de morte ou vida.

Há diversos pactos narcísicos presentes em nosso tempo. Como dito anteriormente, Bento (2022) aprofunda mais sobre o pacto da branquitude. Nos

próximos passos do trabalho, destacamos outras situações, migrando da temática étnico-racial para a patriarcal e de gênero. Pode ser entendido que essas situações são bons exemplos de outros pactos narcísicos operando em outras intersecções.

sobre os perigos da psicanálise única

A história da psicanálise não pode ser uma histórica única. O fundamento da frase anterior reside nas palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) através do livro “O perigo da histórica única”. Já é adiantado para a pessoa que lê o quão clínica as palavras da autora podem ser.

Adichie (2019) narra que desde criança teve possibilidade de cultivar o gosto da leitura. Suas leituras advinham somente de autores brancos, essas histórias eram repletas de personagens principais com olhos claros e cabelos loiros. O efeito que isso produzira na autora fora da fixação literária hegemônica de sempre personagens brancos ocuparem o protagonismo.

Após algum tempo, no contato com a literatura africana, a autora construiu deslocamentos possíveis de quem poderia ocupar tais lugares de protagonismo, encontrando assim literaturas que tivessem personagens e territórios mais parecidos com sua vivência. Adichie (2019) afirma que o encontro dela com a literatura africana a salvou de ter uma história única com os livros.

A autora também conta do seu ingresso para a universidade. Nessa experiência ela relata sobre como o olhar da sua colega de quarto era carregado de diversas históricas únicas, estereotipadas sobre os pares de Chimamanda e sua cultura. A colega de quarto já sentia pena da autora sem a conhecê-la. Esse tipo de olhar tem o poder de impor uma história única perante a alteridade. Neste aspecto, a transmissão da supracitada autora nos diz sobre a suposição da incapacidade do outro não poder narrar a sua própria história, através de um olhar que rouba a dignidade das pessoas.

O reconhecimento da pluralidade de histórias pode enfatizar o quão também há um comum em meio a essas diferenças, produzindo tensão naquilo que serve de manutenção do controle de identidades (Ayouch, 2019). Nesse controle, Kilomba (2019) aponta que esses pactos operam de tal modo que a alteridade se torna um depósito de tudo aquilo que a branquitude nega de si própria. O pacto narcísico é um dispositivo de manutenção e perpetuação de algumas histórias únicas. A seguir é feita uma aproximação disso que é tratado anteriormente com um recorte da história da psicanálise. É conhecida a história da paciente que está presente em “Estudos sobre Histeria” (Freud, 2018b): a Anna. O., pseudônimo de Bertha Papperheim. Nessa história, a paciente solicita que Freud parasse de falar e a escutasse. Bertha é muito precisa no que faltava a Freud: para acompanhar o que

realmente se passava na vida dela, ele deveria parar de falar e se colocar em disposição de escutá-la. Bertha não só denuncia um saber que não diz sobre ela, como também aponta um outro caminho possível. É um ato importantíssimo para a história da psicanálise, uma pista do seu poder subversivo. É a abertura de romper com algo que já é anterior a pessoa e a possibilidade de inscrever o desejo a partir disso (Mattuella, 2020).

A abertura para outros discursos é de extrema importância para que a alteridade componha a construção de outras psicanálises. Seria essa uma pista para evitar uma psicanálise narcísica em si mesma?

Há vários momentos na obra de Freud que são encontradas essas pistas de subversão. Da mesma forma, encontramos outras pistas daquilo que acaba fazendo parte do projeto de controle dos corpos. No final da obra de Freud encontramos dois textos, o “Sobre a sexualidade feminina” (Freud, 1931) e “A Feminilidade” (Freud, 2018a). Ambos os textos têm como característica uma visão muito engessada sobre o que seria a vida psíquica das mulheres, pois sustenta a história única da inveja do pênis, do amor ao pai, do ódio a mãe, do continente negro, entre outros.

Encontramos também em Reitter (2021) os argumentos que denunciam a relação de compromisso encontrado em vários recortes da obra de Freud. Haveria nos conceitos freudianos uma suposição de uma heterossexualidade como norma, o que impediria de reconhecer outras formas de desejo e sexualidade como outras possíveis. É como se houvesse um pacto de reconhecer como universal a experiência da heterossexualidade.

Esses dois momentos distintos de Freud citados anteriormente não resumem sua obra, o que é importante destacar de como, em diferentes tempos, pode haver algo entre o fechamento e a abertura para as subjetividades da época. Se num primeiro tempo pode ser observado a produção de condições para um discurso que subvertia a norma de sua época, por outro lado, testemunhamos também um discurso que fazia uma relação de compromisso com a visão predominante de sexualidade e desejo. Vale ressaltar que há vários outros textos e perspectivas além de Freud. A escolha do autor se dá em função do mesmo ser um *comum* entre os diferentes analistas.

O percurso se encaminha para apresentar duas linhas de argumentação sobre a pactuação narcísica em algumas psicanálises. Uma primeira linha tende a pensar as limitações que a universalidade de um conceito pode operar mais como um impeditivo epistemológico. Para ilustrar, usaremos a noção de pai e uma certa leitura do declínio presente em nosso tempo. No segundo momento, rememoraremos a fala de Preciado (2019) que faz uma crítica à uma marca patriarcal presente nos consultórios e teorias psicanalíticas. Nesta perspectiva, o trabalho de Cavalheiro, Pombo e Triska (2022) demonstra a resposta de alguns

psicanalistas frente ao trabalho de Preciado. Ambas as linhas não têm intenção de apontar o lugar da verdade no sentido forte da palavra, mas sim, de elucidar que os pactos implicam em um fechamento para a alteridade.

É comum nas transmissões psicanalíticas de Freud e Lacan haver uma certa centralidade do pai. O autor desse texto (e leitores também) já ouviu coisas do tipo: “em uma análise primeiro se fala da mãe, depois se avança para o pai”, “o pai é o organizador”, “o que conta é o nome do pai”. Mesmo reconhecendo os limites dessas formas de trabalho, não estamos afirmando que elas não existem. O problema reside em ser a única forma de leitura do contemporâneo.

Triska (2020) nos conta sobre diferentes psicanalistas que usam como ferramenta de leitura da contemporaneidade somente a ótica paterna. Esses psicanalistas, em seu diagnóstico sobre a contemporaneidade, atribuem ao que chamam de “queda do nome do pai” à etiologia dos mal estares da nossa época. Tal autor citado acima ainda destaca que parece haver uma resistência de procurar novas epistemologias em algumas psicanálises para compreender o contemporâneo. Para esses psicanalistas, não é incomum entenderem tudo aquilo que foge da norma paterna como patológico. O interesse aí não parece ser no contemporâneo, mas sim, na perpetuação e manutenção da centralidade paterna.

Outro exemplo envolve a conhecida história da fala de Preciado (2022) na *Jornada Internacional da Escola da Causa Freudiana* em 2019. Nessa fala, Preciado (2022) faz críticas bastante interessantes sobre uma aliança entre a psicanálise e certos pactos, mais especificamente os do patriarcado, da heterossexualidade compulsória e do paradigma da diferença sexual. Essas críticas propõem pensar uma psicanálise que consiga trabalhar com outras subjetividades que fogem da hegemonia desses pactos. A fala de Preciado provocou opiniões bastante diversas. Por um lado, há um impulso para pensar maiores aproximações, por exemplo entre psicanálise e teoria queer. Por outro lado, ocorrem reações bastante defensivas frente a essas críticas.

Cavalheiro, Pombo e Triska (2022) escrevem um texto fazendo apontamentos sobre as cartas que três psicanalistas produziram como resposta a apresentação de Preciado. Estes autores apontam alguns pactos que são encontrados nessas defesas da “psicanálise”. Nessa defesa, alguns psicanalistas escreveram algumas cartas como resposta. Dentre essas respostas, dois pontos de autores diferentes chamam nossa atenção. O primeiro diz que as críticas de Preciado seriam um convite ao suicídio da psicanálise.

A partir disso, o autor que ora vos escreve abre alguns questionamentos: De que forma concreta, o apontamento dos limites da diferença sexual, dos sistemas patriarcais e a heterossexualidade compulsória implicariam nesse suicídio? O que morre na psicanálise ao pensar além desses paradigmas?

O outro ponto atacava com uma defesa mais fervorosa sobre o roteiro edipiano, aproximando as experiências das transidentidades da psicose por fugirem desse pacto dos papéis de gênero hegemônicos. São posicionamentos que parecem não permitir que outras histórias sejam narradas sobre as experiências humanas, impondo a produção, manutenção e perpetuação de histórias únicas.

conclusão

O trabalho teve como o objetivo percorrer alguns caminhos. Em alguns há pistas sobre a importância de certas posturas abertas. Muitas delas podem contribuir para um trabalho analítico que possa fazer jus ao nosso tempo.

Em vários momentos clínicos podemos entender como um avanço quando a pessoa que tende a narrar sua história de uma maneira única consegue se narrar de uma outra maneira. É como se houvesse a criação de uma outra possibilidade de existência. Outro exemplo pode ser observado quando analisante que repetidamente narrava a mesma história, começa a permitir que, na transferência, outras histórias também ocupem esse cenário.

A abertura que foi tratada aqui diz de um certo trabalho constante, que fabrique ferramentas capazes de ter como horizonte as subjetividades da nossa época. As diferentes interseccionalidades convidam a nós analistas a construirmos novos alicerces para nossas psicanálises. Elas convocam que a história da psicanálise não seja única, destacando a importância de saberes localizados em relação com a psicanálise.

Os pactos narcísicos aqui trabalhados parecem favorecer a manutenção de uma psicanálise universal. Muitas vezes essa postura caminha para o alinhamento com forças de opressão e desumanização da alteridade. Por ocuparem também o lugar do não dito, não é de se surpreender o seu alto poder de impregnar as subjetividades, a teoria e a clínica com o silenciamento. São vários projetos que corroboram para a perpetuação de histórias únicas.

Nessa caminhada, destaco a implicação que esse trabalho nos convoca. Desde o mergulho em si ao mirar naquilo que é ausente de entendimento. É uma constante que insiste em produzir questões. São encontros que produzem marcas e estranhamentos no corpo. É também um trabalho que atesta não só a complexidade da experiência humana, mas também, adverte/alerta para alguns mecanismos perpetuadores de que algumas pessoas possam vivenciar tal complexidade, enquanto outras não.

Referências

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo da história única*. Trad. Julia Romeu. Companhia das Letras.
- Agamben, G. (2009). *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Argos.
- Ayouch, T. (2019). *Psicanálise e hibridez: gênero, colonialidade e subjetivações*. Caligraphie.
- Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Trad. Myriam Avila, Eliane Livia Reis, Glauce Gonçalves. Editora UFMG.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Cavalheiro, R., Pombo, M., & Triska, V. H. (2022). No Divã de Paul B. Preciado: Psicanálise e (Des)obediência Epistêmica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1393-1413.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade: A vontade de saber (vol I)*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Paz & Terra.
- Freud, S. (2018a). *Amor, sexualidade, feminilidade*. (M. R. Salzano Moraes, Trad.). Autêntica.
- Freud, S. (2018b). *Estudos sobre a histeria*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (2014). *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2016). *Moisés e o monoteísmo e outros textos*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2020). *O mal-estar na cultura e outros escritos de cultura, sociedade e religião*. (M. R. Salzano Moraes, Trad.). Autêntica.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2011). *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 12ª ed. Vozes.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Cobogó.
- Lacan, J. (2023). *Escritos*. Zahar.
- Nascimento, L. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Mattuella, L. (2020). *O corpo do analista*. Artes e Ecos (Série Escrita Psicanalítica).
- Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Trad. Carla Rodrigues. Zahar.
- Reitter, J. N. (2021). *Édipo Gay: Heteronormatividade e Psicanálise*. (Marta D. Claudino, Trad.). Zagodoni.
- Triska, V. H. C. (2020). Pai: obstáculo epistemológico? *Psicologia USP*, 31, 1-10.
- Souza, T. de P., Damico, J. G. & David, E. de C. (2020). Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 42 (3), e56.465.



Matheus Giacomini Palma é Psicólogo e psicanalista, Mestre em Filosofia (UFPEL) e Especialista em Clínica Psicanalítica (ULBRA) e em Psicanálise e Relações de Gênero (IPPERG). Possui um percurso envolvendo grupos, instituições e esquizoanálise no Instituto de Psicologia Social Pichon-Rivière. Atua clinicamente desde 2015 no Espaço Guernica e é um componente do Coletivo de Psicanálise de Santa Maria.

[v. 1, 2025](#)

Deixe um comentário

← [Anterior](#)

[Blog no WordPress.com.](#)